



FACULDADE
legale

PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU" EM

DIREITO MÉDICO E DA SAÚDE

[11] 2888-5222
www.falegale.edu.br

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO	3
	Nome do Curso e área do conhecimento:	3
2.	JUSTIFICATIVA	3
3.	OBJETIVOS	4
4.	CONCEPÇÃO DO PROGRAMA	4
5.	CARGA HORÁRIA TOTAL	4
6.	PERÍODO DO CURSO	5
7.	ESTRUTURA CURRICULAR	5
8.	DISCIPLINAS	5
	Disciplinas Metodológicas	5
	Disciplinas Específicas	6
9.	CORPO DOCENTE	11
10.	METODOLOGIA DE ENSINO	12
11.	CRITÉRIO DE SELEÇÃO	13
12.	CONTROLE DE FREQUÊNCIA	13
13.	SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	13
14.	TRABALHO DE CONCLUSÃO E PRAZO	13
15.	CERTIFICAÇÃO	13

PROJETO PEDAGÓGICO

1. APRESENTAÇÃO

Nome do Curso e área do conhecimento:

Pós-Graduação em “Direito Médico e da Saúde”

Área do conhecimento: Direito

Forma de oferta: on line

Autorização legal: Faculdade Legale – Portaria MEC nº 3.026 de 27 de dezembro de 2001

Credenciamento da Pós Graduação EAD – Portaria MEC nº 247 de 12 de fevereiro de 2020

Coordenador Pedagógico: Prof. Dr. Joseval Martins Viana

- **Público Alvo:** Advogados, Juízes de Direito, Promotores de Justiça, Delegados de Polícia, Defensores Públicos, Médicos, Enfermeiros, Cirurgiões-Plásticos, Odontólogos, Farmacêuticos, Fisioterapeutas, Fonoaudiólogos, Nutricionistas, Psicólogos, Administradores Hospitalares e outros profissionais de áreas correlatas ao Direito e a Saúde.

2. JUSTIFICATIVA

As ações judiciais sobre erro médico e proteção à saúde têm aumentado o número de forma expressiva ao longo dos últimos anos. Tanto é assim, que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) manifestou, na 170ª sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apoio para que seja editada Resolução que determine aos tribunais a criação de varas especializadas em direito médico e da saúde.

Além disso, sabe-se que os planos de saúde não cumprem seus próprios contratos, alegando vários motivos contratuais para não fazê-lo, prejudicando sobremaneira o consumidor. Este paga todo mês a mensalidade, entretanto, quando vai utilizar o plano, como, por exemplo, determinado tratamento médico, o plano de saúde simplesmente nega o tratamento.

Somada a essas questões, surge o avanço da biotecnologia de forma tão rápida que a legislação não acompanha seu desenvolvimento para tratar de questões como reprodução humana assistida, transfusão de sangue, aborto, transexualidade, homoafetividade, aborto, eutanásia, distanásia, ortotanásia, pedofilia, direitos do paciente, experimentação científica, genética e outros problemas éticos relacionados a esses eixos temáticos.

O questionamento que se faz é o seguinte: será que o profissional do direito e os da saúde estão preparados para enfrentar todas as questões aqui apresentadas além de outras que poderão surgir com o avanço da biotecnologia?

O curso de especialização em direito médico e da saúde surge num determinado momento da sociedade contemporânea em que essas questões são discutidas por poucos profissionais, porque eles não têm conhecimento profundo sobre o assunto. Uma das propostas do curso é oferecer subsídios teóricos e práticos para fortalecer a reflexão e o processo argumentativo desses profissionais quando se depararem com questões dessa natureza.

3. OBJETIVOS

O curso se propõe a fornecer fundamentação teórica e prática àquele que deseja atuar no Direito Médico, proporcionando-lhe conhecimento para exercer sua atividade profissional com destaque nas ações judiciais que envolvam questões médicas ou demandas relativas à saúde.

Ao profissional da saúde, o curso fornecerá subsídios técnicos e legais para evitar ações civis, criminais e sindicâncias administrativas, bem como proporcionará conhecimento técnico e jurídico para se defender nas ações dessa natureza ou nos procedimentos disciplinares. O curso também irá capacitá-lo a atuar como perito nas ações judiciais.

A especialização em Direito Médico e na Saúde proporcionará ao pós-graduado conhecimento teórico para refletir e debater temas contemporâneos da Bioética, do Biodireito, da Biossegurança, da Ética em Pesquisa Clínica, do início da vida, dos direitos do embrião, da recusa ao tratamento médico dentre outros temas dessa natureza.

4. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O programa a ser apresentado no presente curso diz respeito à nova sistemática do Direito Médico em suas múltiplas facetas, com especial atenção para o dia a dia do profissional do direito, com avaliação da prática deste ramo do direito, incluindo questões do dia a dia forense, como inovação introduzida em cursos de especialização desta natureza. O programa também foi concebido visando a auxiliar o profissional do direito que visa a buscar concurso no CREMESP, dando uma visão ampla das principais matérias jurídicas. Os profissionais da área da saúde poderão atuar como peritos judiciais, auxiliando o Poder Judiciário nas questões pertinentes a erro médico, planos de saúde, interpretação e aplicação das diversas resoluções das várias áreas da saúde.

5. CARGA HORÁRIA TOTAL

A estrutura curricular do curso tem uma carga horária de 360 horas/aula, das quais 60 horas/aula destinadas ao conteúdo pedagógico e à iniciação científica e 300 horas/aula ao conteúdo específico.

6. PERÍODO DO CURSO

O curso será ministrado durante a semana

7. ESTRUTURA CURRICULAR

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Responsabilidade Civil na Saúde	80 horas-aula
Saúde Pública	20 horas-aula
Biodireito na Sociedade Contemporânea	80 horas-aula
Ética Médica	20 horas-aula
Saúde Privada	30 horas-aula
Código de Defesa do Consumidor na Saúde	40 horas-aula
Direito Sanitário	30 horas-aula
Metodologia de Pesquisa	30 horas-aula
Didática de Ensino Superior	30 horas-aula

8. DISCIPLINAS

Disciplinas Metodológicas

- **Metodologia de Pesquisa**

Ementa / Conteúdo Programático:

Módulo I – A técnica da análise temática. O conhecimento científico. Tipos de normas técnicas. A elaboração do trabalho científico. Conceitos e estruturação de uma pesquisa: as variáveis envolvidas, os métodos de coleta de dados e o projeto de pesquisa. Escrita científica: técnicas de escrita para construção da monografia, envolvendo a coesão e a coerência do texto técnico.

Didática do Ensino Superior

Ementa / Conteúdo programático:

Módulo I – A didática do ensino e a ciência jurídica; Tendências contemporâneas em Educação e o papel da Didática. Planejamento do ensino: escolha de objetos, seleção de conteúdos. Avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Bibliografia Básica – Disciplinas Metodológicas:

BECKER, F. Ensino e construção de conhecimento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BEVERIDGE, W. I. B. Sementes da descoberta científica. São Paulo: Edusp, 1980.

GIL, Antônio Carlos. *Didática do ensino superior*. São Paulo, Atlas, 2006.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 1991.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica*. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2004.

Disciplinas Específicas

• RESPONSABILIDADE CIVIL NA SAÚDE

Ementa / Conteúdo Programático:

Módulo I – 1.1. Pressupostos da responsabilidade civil na saúde. 1.2. Elementos da responsabilidade civil na saúde. 1.3. Responsabilidade objetiva e responsabilidade subjetiva na saúde. 1.4. Responsabilidade solidária. 1.5. Responsabilidade subsidiária. 1.5.1. Dolo e culpa (imperícia, imprudência e negligência). 1.5.2. O médico comete imperícia? Discussão de caso. 1.6. Responsabilidade civil do médico. 1.7. Excludentes da responsabilidade civil médica. 1.8. Responsabilidade civil dos profissionais da saúde 1.9. Código civil e redução equitativa da indenização: incidência na responsabilidade médico-hospitalar. Como calcular a indenização por dano moral e material por erro médico. 1.10. Atendimento eletivo, de urgência e emergência. 1.11. Ato médico e ato do médico. 1.12. Iatrogenia e erro médico. 1.13. Intercorrência médica. 1.14. Erro médico e erro do médico. 1.15. Informação: direito do paciente e dever do profissional da saúde. 1.16. Segredo profissional. 1.17. Perda do direito a uma chance de cura. 1.18. Diferença entre contratos e convênios. 1.19. Diferença entre danos materiais, danos morais e danos estéticos. 1.20. Responsabilidade civil na remoção de pacientes (citar resolução do CFM). 1.21. Responsabilidade civil no fornecimento de próteses de silicone (Súmula Normativa nº 22 – ANS). 1.22. Erro médico nas cirurgias plásticas (cirurgia plástica embelezadora e reparadora). 1.23. Responsabilidade civil do médico anestesista. 1.24. Responsabilidade civil no erro de diagnóstico. 1.25. Responsabilidade civil na omissão de socorro médico. 1.26. Responsabilidade civil na quebra de sigilo médico. 1.27. Responsabilidade civil por danos em medicamentos defeituosos. 1.28. Recusa ou retardamento no atendimento a paciente. 1.29. Direitos do paciente. 1.30. Consentimento do paciente. 1.31. Exercício legal e ilegal da medicina. 1.32. Junta médica. 1.33. Segredo médico. 1.34. Publicidade e publicações médicas. 1.35. Omissão de socorro. **2. Responsabilidade civil dos hospitais, clínicas e afins.** 2.1. Definição de responsabilidade civil hospitalar. 2.2. Diferença entre ato médico, ato extramédico e ato paramédico. 2.3. Atendimento ambulatorial. 2.4. Atendimento ambulatorial. 2.5. Responsabilidade objetiva e subjetiva do hospital e do médico empregado e prestador de serviços. 2.6. Responsabilidade civil pela fuga do paciente do hospital. 2.7. Responsabilidade civil pela morte do paciente no hospital. 2.8. Responsabilidade da instituição sobre atos de médico empregado. 2.9. Responsabilidade da instituição sobre atos dos demais profissionais empregados. 2.10. Direito de regresso contra o empregado. 2.11. Solidariedade com prestadores de serviços contratados pelo hospital. 2.12. Solidariedade com seguradoras e operadoras de planos de saúde. 2.13. Apólice coletiva de contratação de seguro de responsabilidade profissional. 2.14. Responsabilidade civil na infecção hospitalar. 2.15. Hospital psiquiátrico. 2.16. Hospital e o sigilo médico. 2.17. Hospital e o respeito aos mortos em suas dependências. 2.18. Hospital e consentimento informado. 2.19. Estado

de perigo e obrigações contraídas perante hospital e médicos. 2.20. Laboratórios: resultado falso-positivo e responsabilidade civil. 2.21. Auditoria médica e responsabilidade civil. **3.** Prontuário médico e demais documentos. 3.1. Prontuário Médico (do paciente). 3.2. Definição. 3.4. Obrigatoriedade do prontuário. 3.5. Letras ilegíveis. 3.6. Sigilo do prontuário. 3.7. Acesso e solicitação de cópias do paciente. 3.8. Terceiros interessados no prontuário de paciente falecido (requisição judicial e autoridades policiais, requerimento de familiares de paciente falecido; requerimento dos Conselhos Regionais de Medicina). 3.9. Destino do prontuário. 3.10. Comissão de revisão do prontuário. 3.11. Tempo e dever de guarda do prontuário físico. 3.12. Prontuário eletrônico. 3.13. Ficha de atendimento ambulatorial (FAA) e ficha de internação hospitalar (FIH). 3.14. Termo de consentimento informado. 3.15. Atestados Médicos. 3.16. Alcance e limites em relação ao laudo médico. 3.17. Sigilo. 3.18. Laudo piedoso. 3.19. Testes e atestados médicos pré-admissionais. 3.20. Emissão por especialistas. 3.21. Emissão para si mesmo. 3.22. Atestado de óbito. 3.23. Receituário médico. 3.24. Boletim médico. 3.25. Evasão de paciente das dependências do hospital. 3.26. Alta a pedido. 4. Compliance em Saúde. 5. Direito Regulatório.

Módulo Prático: Os temas apresentados serão procedidos de “cases”, discussão e elaboração de peças processuais.

Bibliografia básica:

BARROS JÚNIOR, Edmilson de Almeida. **Direito médico: abordagem constitucional da responsabilidade médica.** 2. ed. São Paulo : Atlas, 2011.

BORGES, Gustavo. **Erro médico nas cirurgias plásticas.** São Paulo : Atlas, 2014.

CARVALHO, José Carlos Maldonado de. **latrogenia e erro médico: sob o enfoque da responsabilidade civil.** 4. ed. São Paulo : Lumen Juris, 2013.

DANTAS, Eduardo Vasconcelos dos Santos. **Direito médico.** 3. ed. Rio de Janeiro, GZ, 2014.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Direito médico.** 12. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2014.

KFOURI NETO, Miguel. **Responsabilidade civil dos hospitais: código civil e código de defesa do consumidor.** s/ed. LTR, 2012.

MELO, Nehemias Domingos de. **Responsabilidade civil por erro médico: doutrina e jurisprudência.** 2. ed., São Paulo : Atlas, 2013.

• **SAÚDE PÚBLICA**

Ementa / Conteúdo Programático:

1. A construção da saúde pública no Brasil no século XX e Início do século XXI. 2. Mensuração da Saúde Pública. 3. Saúde ambiental e ocupacional. 4. Políticas públicas e sistemas de saúde: a reforma sanitária e o SUS. 5. Avaliação de serviços e programas de saúde para a tomada de decisão. 6. A economia e a saúde pública. 7. Promoção da saúde: uma nova agenda para a saúde. 8. A educação e a comunicação para a promoção da saúde. 9. Ética na saúde pública. 10. Organização jurídica do sistema de saúde brasileiro. 11. Judicialização na saúde. Saúde Pública, ciências sociais e

as chamadas populações vulneráveis. 12. Dispositivos constitucionais relativos à Saúde Pública. 13. Princípios gerais do Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990. 14. Lei nº 8.142/1990. Decreto nº 7.508/2011. 15. Repetição de indébito na cobrança de valores dos usuários do SUS. **Módulo Prático:** Os temas apresentados serão procedidos de “cases” e elaboração de peças processuais.

Bibliografia básica:

BARSANO, Paulo Roberto. **Poluição ambiental e saúde pública.** São Paulo : Érica, 2014.
ROCHA, Aristides Almeida et. al. **Saúde Pública: bases conceituais.** 2. ed. São Paulo : Atheneu, 2013.
CARLINI, Angélica. **Judicialização na saúde pública e privada.** São Paulo : Livraria do Advogado, 2014.

• **BIODIREITO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Ementa / Conteúdo Programático:

1. Conceito de biodireito. 2. Princípios do biodireito. 3. Conceito de bioética e de seus princípios. 4. Diferenças entre biodireito e bioética. 5. Biodireito e biossegurança em âmbito nacional e internacional. 6. Direito de decidir sobre o próprio corpo (Termo de Consentimento Informado). 7. Reprodução humana assistida. 8. Tratamento arbitrário e direito de recusa de tratamento médico. 9. Aborto e o direito ao próprio corpo. 10. Direitos do nascituro. 11. Pesquisas com células-tronco. 12. Direito ao aspecto físico da estética humana. 13. Transplantes de órgãos e tecidos humanos. 14. Direito à morte digna (testamento vital). 15. Experiências com seres humanos e os Comitês de Ética em Pesquisa. 16. Aspectos éticos e legais do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) nas pesquisas com seres humanos. 17. Biodireito e a sexualidade. 18. Transexualismo. 19. Eutanásia, distanásia, ortotanásia e mistanásia. 20. Suicídio: aspectos constitucionais e infraconstitucionais. **Módulo Prático:** Os temas apresentados serão procedidos de “cases” e elaboração de peças processuais.

Bibliografia básica:

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do biodireito.** 9. ed. São Paulo : Saraiva, 2014.
DURAND, Guy. **Introdução geral à bioética: história, conceitos e instrumentos.** 4. ed. São Paulo : Centro Universitário São Camilo : Loyola, 2012.
GOZZO, Débora; LIGIERA, Wilson Ricardo. **Bioética e os direitos fundamentais.** São Paulo : Saraiva, 2012.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Curso de bioética e biodireito**. São Paulo : Atlas, 2010.

MARINHO, Angela de Souza. **Reprodução humana assistida no direito brasileiro: a polêmica instaurada após o novo código de processo civil**. Porto Alegre : Sergio Antonio Fabris Ed., 2010.

NEVES, Thiago Ferreira Cardoso. **O nascituro e os direitos da personalidade**. Rio de Janeiro : GZ, 2012.

PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul. **Fundamentos da bioética**. São Paulo : Paulus, 1996.

- **ÉTICA MÉDICA**

Ementa / Conteúdo Programático:

1. Princípios fundamentais da prática médica. 2. Responsabilidade profissional do médico. 3. Análise do Código de Ética Médica. 4. Prática Jurídica nos Conselhos Regionais de Medicina. 5. Código de processo ético-profissional. 6. Sindicância e procedimento administrativos. 7. Processo em espécie no âmbito médico. 8. Defensor dativo. **Módulo Prático:** Os temas apresentados serão procedidos de “cases” e elaboração de peças processuais.

Bibliografia básica:

COLTRI, Marcos; DANTAS, Eduardo. **Comentários ao código de ética médica**. 2. ed. Rio de Janeiro : GZ, 2012.

DECIO, Policastro. **Código de processo ético-profissional**. 2. ed. Minas Gerais : Del Rey, 2014.

FREIRE, Henrique et al. **Profissões da saúde: bases éticas e legais**. Rio de Janeiro : Revinter, 2006.

SANTOS, Nivea Cristina Moreira. **Legislação profissional em saúde: conceitos e aspectos éticos**. São Paulo : Erica, 2014.

- **SAÚDE PRIVADA**

Ementa / Conteúdo Programático:

1. Do direito à saúde suplementar. 2. Da ordem econômica. 3. Da Regulação do mercado de suplementação dos serviços de saúde. 4. Do contrato (produto) de plano privado de assistência à saúde. 5. Das empresas (operadoras) de planos privados de assistência à saúde. 6. Do poder de polícia e dos aspectos tributários da ANS. 7. Da Regulação de mercados e da defesa da concorrência. 8. Planos de saúde, direito fundamental e relações interprivadas. 9. ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar. 10. Operadoras de Saúde. Seguros Saúde. 11. Coberturas dos planos de saúde e seguro saúde. 12. Fiscalização. Contratação. 13. Troca de planos na mesma

operadora. 14. Troca de operadoras. Carências. Reajuste de preços. **Módulo Prático:** Os temas apresentados serão procedidos de “cases” e elaboração de peças processuais.

Bibliografia básica:

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Curso de direito de saúde suplementar: manual jurídico de planos e seguros de saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2012.

LINS, Litiane Cipriano Barbosa. **Manual de direito à saúde pública e privada**. São Paulo : Juruá, 2014.

SCAFF, Fernando Campos. **Direito à saúde no âmbito privado: contratos de adesão, planos de saúde e seguro-saúde**. São Paulo : Saraiva, 2010.

SHULMAN, Gabriel. **Planos de saúde: saúde e contrato na contemporaneidade**. Rio de Janeiro : Renovar, 2009.

• **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NA SAÚDE**

Ementa / Conteúdo Programático:

1. Princípios gerais da relação de consumo na saúde. 2. Vulnerabilidade do paciente como consumidor. 3. Dever do Estado. Harmonia entre o contrato de saúde e os direitos básicos do paciente. 4. Qualidade na prestação de serviços de saúde. 5. Serviço Público Hospitalar e os direitos do paciente. 6. Inversão do ônus da prova. 7. Limitações na inversão do ônus da prova. 8. Teoria da distribuição do ônus da prova. 9. Prontuário entregue ao paciente. 10. Prova pericial. Caracterização dos serviços de saúde como de consumo. 11. Relação personalíssima (*intuitu personae*). 12. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor nos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde. 13. Culpa *strictu sensu*. 14. Demais direitos do paciente como consumidor. **Módulo Prático:** Os temas apresentados serão procedidos de “cases” e elaboração de peças processuais.

Bibliografia básica:

- BAHIA, Ligia; Scheffer, Mario. **Planos e seguros de saúde: o que todos devem saber sobre a assistência médica suplementar no Brasil**. São Paulo : UNESP, 2010.
- BARGUGIANI, Luiz; Sormani, Luiz Henrique. **Os contratos de assistência à saúde e à justiça**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.
- NERY, Nelson Junior et al. **Código de defesa do consumidor**. 10. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2011.
- NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Comentários ao código de defesa do consumidor**. 8. ed. Saraiva : São Paulo, 2015.
- SAAD, Eduardo Gabriel et al. **Código de defesa do consumidor**. 6. ed. São Paulo : LTR, 2006.

- **DIREITO SANITÁRIO**

Ementa / Conteúdo Programático:

1. A evolução do direito sanitário no Brasil. 2. A consolidação do direito sanitário brasileiro. 3. Conceito de direito sanitário. Abrangência do direito sanitário. 4. As fontes do direito sanitário. 5. Os princípios do direito sanitário. 6. Legislação de direito sanitário. 7. A produção normativa de direito sanitário no Brasil. 8. A competência legislativa concorrente e os diversos sujeitos de produção de normas jurídicas e de direito sanitário. 9. As instituições jurídicas de direito sanitário. 10. O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS. ANVISA e a competência federal. Competência estadual da ANVISA. Competência municipal da ANVISA. 11. Diferenças entre vigilância sanitária e vigilância epidemiológica. Visão panorâmica do Direito Sanitário. **Módulo Prático:** Os temas apresentados serão procedidos de “cases” e elaboração de peças processuais.

Bibliografia básica:

AITH, Fernando. **Curso de direito sanitário: a proteção do direito à saúde no Brasil**. São Paulo : Quartier Latin, 2007.

NUNES JUNIOR, Vidal Serrano; DALLARI, Sueli Gandolfi. **Direito sanitário**. São Paulo : Verbatim, 2010.

ROCHA, Julio Cesar de Sá da. **Direito da saúde : direito sanitário na perspectiva dos interesses difusos e coletivos**. 2. ed. São Paulo : Atlas, 2011.

SANTOS NETO, Elias Higino dos. **Direito sanitário: manifestações atuais**. Brasília : Kiron, 2012.

TIMM, Luciano Benetti et alli. **Direito sanitário brasileiro**. São Paulo : Quartier Latim, 2004.

9. CORPO DOCENTE

Joseval Martins Viana é Diretor Geral da Pós-Graduação da Faculdade Legale. Especialista em Direito Civil, Processo Civil, Direito do Consumidor e Mestre em Discurso Jurídico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Diretor e professor do Núcleo de Pesquisa e Escrita Científica (NUPECI) da Faculdade Legale. Coordenador e professor do Curso de Direito Médico e da Saúde da Faculdade Legale e da Faculdade de Medicina do ABC (FMABC). Coordenador do MBA em Administração Hospitalar e Sistemas de Saúde da Faculdade de Medicina do ABC (FMABC). Secretário Executivo do Escritório de Boas Práticas Médicas da Faculdade de Medicina do ABC (FMABC). Coordenador e professor do Curso de Pós-Graduação em Direito do Consumidor da Faculdade Legale. Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito Civil e Processo Civil da Faculdade Legale. Professor de Bioética e Biodireito. Advogado especializado em Direito da Saúde e Direito do Consumidor. Doutor em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC. Autor de diversos livros e artigos jurídicos com publicações nacionais e internacionais.

Patrícia Caldeira é doutora em Direito das Relações Sociais (subárea de Direitos Difusos e Coletivos) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008) e mestrado em Direito das Relações Sociais (subárea de Direitos Difusos e Coletivos) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). É professora Titular da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, na cadeira de Direitos difusos e coletivos, é professora no curso de pós-graduação “lato sensu” da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. É professora convidada da Escola Paulista de Magistratura. É integrante do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Direito Civil Constitucional e Relações de Consumo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Consumidor, Direito Ambiental, Direito Processual Coletivo. É advogada militante.

Washington Sylvio Zanchenko Fonseca é graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2003), pós-graduação em Direito pela Escola Paulista de Direito (2006) e é mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013) com nota 10 (dez). Professor de Direito Civil e Biodireito em Instituições de Ensino Superior (Graduação e Pós-Graduação). Congressista e palestrante em Congressos Nacionais e Internacionais (França, Portugal, Ucrânia, Rússia, Chile, Itália e Israel).

Marcelino Fernandes da Silva

Possui graduação em Bacharelado em Ciências Policiais pela Academia da Polícia Militar do Barro Branco (1988), graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1995), Mestrado e Doutorado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pelo Centro de Altos Estudos de Segurança "Cel PM Nelson Freire Terra" (2009/2013). Atualmente é Major PM da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Atuando principalmente nos seguintes temas: Poder hierárquico, Poder disciplinar, Depuração Interna.

10. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas através de seminários e da comunicação de experiências entre os profissionais docentes e discentes. Além das aulas, disponibilizamos através do site da Instituição todos os materiais de apoio (slides, textos, vídeos) utilizados e recomendados pelos professores.

Atividades Complementares: Como atividades complementares, os alunos devem confeccionar artigos que serão endereçados aos professores de cada uma das disciplinas. Os artigos serão corrigidos e, eventualmente, acrescidos de outros dados e, assim, aperfeiçoados, a fim de que tal material seja oportunamente publicado em revistas e periódicos especializados.

11. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

É pré-requisito para ingresso no curso a formação do aluno em Curso Superior devidamente reconhecido.

12. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

O controle de frequência será realizado por meio do diário de disciplina, sendo exigida a frequência mínima de 75% nas aulas em cada disciplina/módulo.

13. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por meio de avaliações ao final de cada disciplina, seminários, trabalhos, participação em sala e nos eventos sugeridos. O desempenho dos alunos nas avaliações será registrado pelo professor na forma de notas, variando de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. A nota final será obtida mediante a média de todas as avaliações, sendo necessário para aprovação média igual ou superior a 7,0 (sete) pontos.

14. MONOGRAFIA E SUBMISSÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO DA MONOGRAFIA (PRAZOS)

Cada aluno desenvolverá individualmente monografia de assunto relacionado à área específica do curso, que será avaliado pelo professor orientador. Para aprovação, o aluno deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete) pontos.

O prazo de entrega da monografia é de 06 (seis) meses após o término das disciplinas/módulos do curso.

(Entrega Opcional)

Parecer CNE/CES Nº 146/2018, Resolução CNE/CES Nº 1 de abril de 2018

Nesse mesmo prazo, ou seja, 06 (seis) meses após o término das disciplinas/módulos do curso deverá apresentar o comprovante de submissão de artigo científico em revista indexada.

15. CERTIFICAÇÃO

Será emitido certificado de conclusão de curso ao aluno que obter presença mínima de 75% (setenta e cinco por cento), média das avaliações igual ou superior a 7,0 (sete) pontos e média igual ou superior a 7,0 (sete) pontos na monografia.

OBSERVAÇÃO

O estágio supervisionado é optativo no projeto pedagógico na Faculdade Legale nos cursos de pós graduação, com base na:

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 6 DE ABRIL DE 2018 *“Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema*



Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências

Art.2, inciso 2º, da Lei do Estágio – Lei 11.788/08.